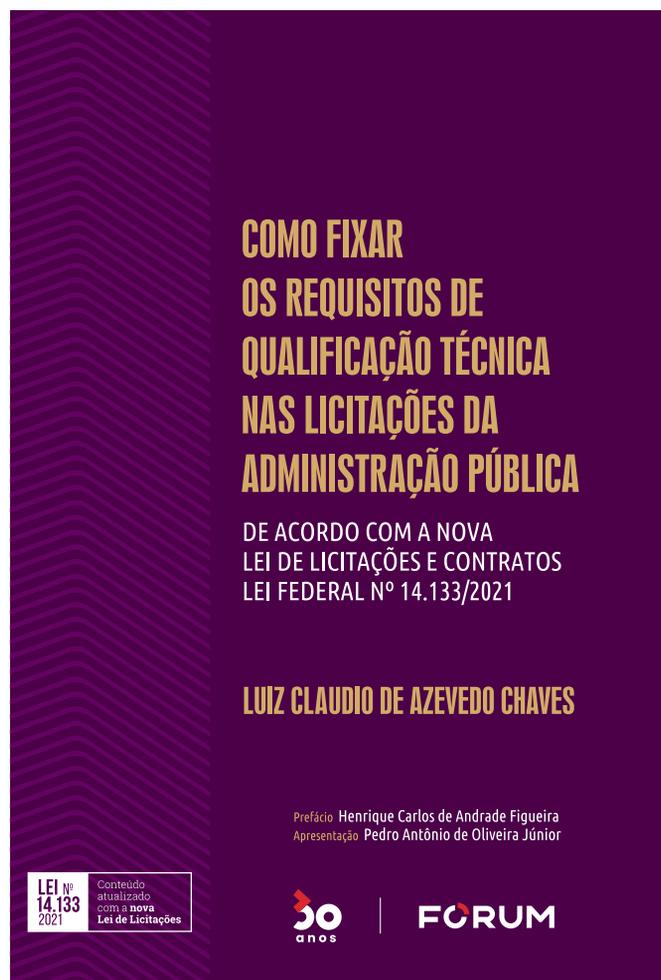


LUIZ CLAUDIO DE AZEVEDO CHAVES



# COMO FIXAR OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NAS LICITAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DE ACORDO COM A NOVA  
LEI DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS – LEI FEDERAL  
Nº 14.133/2021

Este trabalho tem por finalidade abordar todos os pormenores que dizem respeito à qualificação técnica, com base nas normas vigentes e na jurisprudência dominante das Cortes Superiores de Justiça e de Contas, de maneira a orientar o aplicador a corretamente fixar os requisitos de qualificação técnica, de modo a atrair a melhor contratação para a Administração Pública, fim último do atuar do agente público envolvido no processo licitatório.

A obra vem dividida em dois títulos. No primeiro, tratamos de temas gerais sobre o instituto da licitação e do ciclo de vida do processo licitatório. Alinhamento conceitual da maior importância por tratar de institutos que permitem a integração das lacunas da legislação em vigor. No segundo, vamos direto ao ponto central do tema, cuidando de todos os pormenores relacionados aos requisitos de qualificação técnica. Ao final, incluímos um apêndice com vários modelos de textos para composição de requisitos de qualificação técnica. Muito embora as variáveis casuísticas sejam quase infinitas, procuramos colocar as principais estruturas que poderão servir de norte para objetos mais específicos.

## **Prefácio**

*Henrique Carlos de Andrade Figueira*

## **Apresentação**

*Pedro Antônio de Oliveira Júnior*

## **Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

## **Áreas afins**

ADMINISTRAÇÃO. GESTÃO PÚBLICA. LICITAÇÃO.  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAIS.  
TERMO DE REFERÊNCIA. PROJETO BÁSICO.  
OBRA PÚBLICA. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO  
TÉCNICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003368

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C512c	Chaves, Luiz Claudio de Azevedo
	Como fixar os requisitos de qualificação técnica nas licitações da Administração Pública / Luiz Claudio de Azevedo Chaves. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 230p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-431-0
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Gestão Pública. 4. Licitação. 5. Contratos Administrativos. 6. Editais. 7. Termo de Referência. 8. Projeto Básico. 9. Habilitação. 10. Qualificação Técnica. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342.9
2022-1799	

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. *Como fixar os requisitos de qualificação técnica nas licitações da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 230p. ISBN 978-65-5518-431-0.

### **Luiz Cláudio de Azevedo Chaves**

Pós-graduado em Direito Administrativo; professor da Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur e da Escola de Administração Judiciária – ESAJ/TJRJ; professor convidado da Fundação Getúlio Vargas e da PUC-Rio. Autor das obras *Curso prático de licitações – Os segredos da Lei nº 8.666/93*, Lumen Juris; *Licitação pública – Compra e venda governamental para leigos*, Alta Books; *Gerenciamento de riscos nas aquisições e contratações de serviços da Administração direta, estatais e Sistema ‘S’*, Editora JML; *A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais*, Editora Fórum. Membro efetivo do Grupo de Trabalho para Implementação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

PREFÁCIO	
<b>Henrique Carlos de Andrade Figueira</b> .....	11
NOTA DO AUTOR .....	15
APRESENTAÇÃO	
<b>Pedro Antônio de Oliveira Júnior</b> .....	17
TÍTULO I	
GENERALIDADES ACERCA DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
CAPÍTULO 1	
DEVER CONSTITUCIONAL DE LICITAR .....	21
1.1 As exceções ao dever geral de licitar.....	23
1.1.1 Licitação dispensável .....	24
1.1.2 Licitação inexigível .....	24
CAPÍTULO 2	
O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO .....	27
2.1 Cultura organizacional e visão sistêmica do processo de contratação .....	29
2.2 Boas práticas de contratação .....	32
2.3 Principais fases e atividades do processo de contratação.....	35
CAPÍTULO 3	
ARTEFATOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	41
3.1 Do documento de formalização da demanda – DFD.....	47
3.2 Dos estudos técnicos preliminares .....	48
3.3 Do documento de referência .....	53
3.3.1 Termo de referência .....	55
3.3.2 Anteprojeto .....	56
3.3.3 Projeto básico.....	57
3.3.4 Do projeto executivo .....	58
3.4 Do documento de referência nas contratações diretas.....	62
3.5 Competência para elaborar os documentos de referência e as minutas de edital de licitação.....	65
3.6 Do gerenciamento de riscos .....	67
CAPÍTULO 4	
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES.....	73
4.1 Legalidade .....	75
4.2 Eficiência .....	76
4.3 Razoabilidade.....	80
4.4 Economicidade.....	81
4.5 Indisponibilidade do interesse público .....	83

TÍTULO II  
DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

CAPÍTULO 5

LIMITAÇÃO ESTABELECIDA NA CRFB .....93

- 5.1 Competência para dispor sobre a qualificação técnica e o seu caráter discricionário.....94

CAPÍTULO 6

A COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR .....95

- 6.1 A capacitação técnico-profissional .....96
- 6.2 A capacitação técnico-operacional .....104
- 6.3 A necessidade de parametrizar a comparação entre o objeto da licitação e a experiência anterior: as chamadas parcelas de maior relevância.....110
- 6.3.1 A fixação dos quantitativos mínimos: uma evolução normativa.....114
- 6.3.2 Os limites para a fixação dos quantitativos mínimos.....115
- 6.3.3 A possibilidade (ou não) de soma dos atestados para alcance dos quantitativos mínimos .....118
- 6.4 Fixação das parcelas de maior relevância nas obras e serviços .....119
- 6.4.1 Como reconhecer e especificar as parcelas técnico-profissionais e técnico-operacionais .....122
- 6.4.2 A fixação dos requisitos de qualificação técnica nos serviços continuados .....125
- 6.5 Comprovação de qualificação técnica nas aquisições .....129
- 6.5.1 Fixação das parcelas de maior relevância nas aquisições.....130
- 6.6 Vedações: limitações de tempo, época, local e número mínimo.....134

CAPÍTULO 7

O RECEBIMENTO DOS ATESTADOS NA FASE DE HABILITAÇÃO DAS LICITAÇÕES.....137

- 7.1 Limites ao saneamento de defeitos na habilitação técnica e diligências que podem ser realizadas para comprovação da veracidade dos atestados.....137
- 7.1.1 Limites para correção dos documentos de habilitação .....146
- 7.1.2 Limites para correção da proposta.....147
- 7.1.3 Limites para correção de erros na habilitação técnica.....147
- 7.1.4 Atestados que revelam execução inadequada.....150
- 7.1.5 Atestados relativos a contratos ainda em execução.....152
- 7.1.5.1 O tratamento que se deve dar aos atestados parciais.....153
- 7.2 Aproveitamento de atestados emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da licitante .....154
- 7.2.1 Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico a favor da licitante .....155
- 7.2.2 Aproveitamento de atestados nos casos de cisão, fusão ou incorporação .....156
- 7.2.3 Aproveitamento pela matriz de atestados emitidos em nome de filial (ou vice-versa).....158
- 7.3 A apresentação de atestados por consórcios de empresas .....162
- 7.3.1 Aproveitamento, por empresa isolada, de atestado emitido em nome de consórcio.....164
- 7.4 Participação de empresas estrangeiras .....166
- 7.5 Impossibilidade de exigir que os atestados acompanhem cópias das notas fiscais ou contratos a eles vinculados .....169

CAPÍTULO 8

DEMAIS DOCUMENTOS QUE SERVEM À DEMONSTRAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....171

- 8.1 Equipe técnica e qualificação de seus membros.....171

8.2	Relação de instalações e equipamentos.....	173
8.3	Relação de compromissos assumidos.....	175
8.4	Prova de atendimento de requisito previsto em lei especial.....	176
8.5	Registro da empresa na entidade profissional competente.....	180
8.5.1	Limitações à exigência de registro em entidade profissional competente.....	181
8.6	Visita técnica.....	184
8.6.1	Limitações às regras de organização da visita técnica .....	188
8.7	Exigências que não se enquadram como qualificação técnica .....	191
8.7.1	Registro em órgão de controle da atividade econômica .....	191
8.7.2	Certificações (ISO, Inmetro, SCORM, MPS.BR, CMMI etc.) como critério de habilitação .....	192

#### APÊNDICE

MODELOS DE CLÁUSULAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	197
Compras.....	197
Serviços.....	203
Obras e serviços de engenharia .....	218
REFERÊNCIAS.....	229